

## **Olhos D'água Property: an analysis of revenue, costs and expenses from the rural accounting perspective**

Reception of originals: 07/05/2019  
Release for publication: 06/19/2021

### **Sarah Nascimento Santana**

Graduanda em Tecnologia em Agronegócio (IF Goiano)  
Instituição: Instituto Federal Goiano Campus Iporá-GO  
Endereço: Rua Catalão nº 721- Centro  
E-mail: [sarahsantana2014@outlook.com](mailto:sarahsantana2014@outlook.com)

### **Najla Kauara Alves do Vale**

Doutoranda em Agronegócio (UFG)  
Docente do Curso de Tecnologia em Agronegócio  
Instituição: Instituto Federal Goiano Campus Iporá-GO  
Endereço: Rua Aragarças Q. 26 Lt. 419- Jardim Novo Horizonte II  
E-mail: [najla.vale@ifgoiano.edu.br](mailto:najla.vale@ifgoiano.edu.br)

### **Abstract**

The present study aims to highlight the importance of rural accounting as a managerial tool to aid in decision making through the analysis of the net situation and the statement of income for the year. The object of the study focused on the property rural Olhos D'Água, specialized in the production of milk. To support this analysis, bibliographical research was used to collect information about the accounting system and the calculation of financial reports. The methodology, therefore, is characterized as exploratory, with quantitative approach and analysis of primary data, direct documentation and field research. The analysis of the results allows to infer that there is a deficiency in the financial control and in the calculation of the monthly net profit of the activities, this situation reveals an extensive object of study in the area, due to the necessity of financial implementation and monitoring in the rural properties.

**Keywords:** Rural Property. Management. Control.

### **1. Introdução**

Nas últimas duas décadas, um esforço significativo foi feito para interpretar e compreender a contabilidade rural como uma prática social. Os registros contábeis deixaram de ser entendidos como uma lista neutra de fatos econômicos e passaram a ser analisados como produto de um contexto social, bem como instrumentos de mudança, pois as atividades econômicas desenvolvidas no meio rural, enfrentam um processo contínuo advindas da elevadíssima volatilidade, capacidade de adaptação, mudança e resposta do mercado (Clemente et al., 2010). A cadeia produtiva do leite está inserida de montante a jusante nas

novas exigências desse processo, por conseguinte, os produtores de leite necessitam estar atualizados sobre o gerenciamento sistêmico do seu negócio e realizar o controle da produção, financeiro e custos (KRUGER et al., 2017).

Na cadeia produtiva do leite, as peculiaridades de seu processo produtivo (CARVALHO, 2016) tendem a tornar a contabilidade uma ferramenta bastante seletiva. Logo, a Contabilidade Rural juntamente com seus meios (controle de custos, controle financeiro, controle gerencial etc.), torna-se um instrumento de planejamento e apoio nas tomadas de decisão relacionadas à gestão das atividades, auxiliando nas tomadas de decisões, aumentando a competitividade dos empreendimentos rurais, a seguridade do produtor no campo, a identificação e diminuição dos custos de produção, o fornecimento de informações claras do consumo total dos fatores de produção, a correção ou prevenção de erros administrativos, entre outros (KRUGER et al., 2014).

Diversas pesquisas (Segala; Silva, 2007; Clemente et al. 2010; Kruger et al. 2014; Vale e Silva, 2019) relatam a importância da contabilidade nas propriedades rurais. No trabalho de Segala e Silva (2007) os autores apuraram os custos através do método custeio por absorção integral na atividade de produção de leite em uma propriedade rural localizada no município de Irani-SC. Kruger et al., (2014) pesquisou sobre o a utilização da contabilidade rural pelos produtores rurais no município de Erval Grande – RS. Vale e Silva (2019), identificaram como os pequenos produtores utilizam a contabilidade no processo gestão na microrregião de Iporá-GO e Clemente et al. (2010), analisaram sobre a apuração dos custos pelos agricultores familiares na Região Centro-Sul do Paraná.

Os sistemas de informações contábeis utilizados para efetuação os objetivos dessa pesquisa foram a Situação Líquida do Exercício (SL) e DRE-Demonstração do Resultado do Exercício ou por alguns autores também chamada de ARE-Apuração do Resultado do Exercício. O objetivo geral do presente trabalho foi identificar a atual situação econômico-financeira da propriedade Olhos d'água, sob a égide da apuração da contábil, avaliando as despesas, custos e receitas auferidas na propriedade e por conseguinte o Demonstrativo do Resultado do Exercício no período de janeiro de 2017 a agosto de 2017.

A Propriedade Olhos d'água é constituída por 131,5 hectares, onde se criam gado leiteiro, galináceos e equinos, apesar da variedade de semoventes, a atividade leiteira é tida como a principal e ainda assim, gera outra renda através de alguns de seus subprodutos como: a venda de vacas improdutivas, bezerros machos e às vezes, venda de galináceos

As informações trabalhadas foram do tipo econômico-financeiro, constituindo-se respectivamente como, aquelas de natureza contábil, onde se apuram lucros ou prejuízos

financeiros, como contas a pagar, financiamentos, boletos a receber, aluguéis e etc., essas informações por sua vez, possibilitarão que os produtores se utilizem do custo de oportunidade (vantagem e/ou desvantagem de uma alternativa em detrimento da outra) entre outros benefícios como por exemplo, corrigir ou prevenir falhas administrativas.

## **2. Referencial Teórico**

### **2.1. Introdução à contabilidade rural**

Conforme Aloe (1972, p.15), o ser humano, necessita de uma série de bens econômicos, para seu sustento, porque os bens que a natureza fornece espontaneamente, como a água, o ar, e a luz do sol, por exemplo, não são suficientes para nossa subsistência. É válido ressaltar que, esses bens econômicos só serão obtidos através do exercício de determinada atividade que lhe forneça os meios indispensáveis, isto é, os recursos financeiros, já que para possuir um bem econômico o ser humano precisa pagar por isso.

A partir do momento que esses recursos financeiros têm maior giro/rendimento, e se acumulam, tomando então expressividade, passam a ser vistos como um Patrimônio, definido por Franco (1972, p.25) como, “o conjunto de bens econômicos”. Nesse sentido, Crepaldi (2010, p.39) faz a seguinte assertiva, “o patrimônio é um conjunto de bens, direitos e obrigações, à disposição de uma pessoa jurídica, ou pessoa física, necessários ao atendimento de seus objetivos”. Portanto, Ferrari (2010) afirma que o Patrimônio é um meio para possuir os bens econômicos.

Dessa maneira, coadjuva a Contabilidade, pois tem como objeto o patrimônio, de alguém ou de alguma entidade e sendo elemento intrínseco à administração econômica, é uma ciência que coleta os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os, e resumindo-os em forma de relatórios ou comunicados (IUDÍCIBUS; MARION, 2011).

Assim, a contabilidade busca orientar, registrar e controlar, logo se infere que, a contabilidade irá fornecer informações qualitativas e quantitativas referentes à variação da composição de bens, direitos e obrigações (patrimônio), e detalhes sobre a formação do lucro ou prejuízo apurado em algum período, situação última que está ligada aos fatos contábeis e atos administrativos ocorridos no período analisado.

Como assegura Ferrari (2010), fatos contábeis são acontecimentos, consentidos ou não pela administração, que alteram o patrimônio qualitativa e/ou quantitativamente, e atos administrativos são acontecimentos que darão origem a fatos contábeis, mas que não alteram o patrimônio. Na atividade produtiva leiteira, podemos ilustrar um fato contábil facilmente:

um produtor leiteiro tem contas a receber referente à venda de leite a prazo, primeiramente houve uma diminuição quantitativa em seu Estoque/Mercadorias, em contrapartida, há contas a receber, logo, quando ele receber terá um aumento em seu Caixa. Compras, vendas, pagamentos, despesas etc., isso interessa à contabilidade. Já os atos administrativos, como não alteram o patrimônio não possuem tanta relevância contábil, desta maneira, não necessitam de contabilização; é, por exemplo, a contratação de funcionários, mudança de gerência e assinatura de contratos.

Conforme Iudícibus e Marion (2011) para que o empreendedor saiba sua posição financeira em determinado momento (normalmente final do ano) ele precisa recorrer a uma das principais demonstrações financeiras: o Balanço Patrimonial que é constituído de duas colunas: a coluna do lado esquerdo que representa o Ativo e a coluna do lado direito que representa o Passivo (mera convenção).

#### **Quadro 1: Estrutura do Balanço Patrimonial.**

<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>	
<b>ATIVO</b>	<b>PASSIVO</b>
LADO ESQUERDO	LADO DIREITO

Fonte: Iudícibus e Marion (2011, p.15).

O Ativo é composto pelos bens e direitos, que segundo Aloe (1972), constituem a parte positiva do patrimônio. O Passivo é composto pelas Obrigações e Capital Próprio, que segundo Aloe (1972), constituem a parte negativa, sendo os compromissos que a pessoa ou entidade assume para com terceiros, e o capital próprio (dinheiro inicial integrado no negócio).

Corroborando Crepaldi (2010, p.60) afirma: “As contas patrimoniais representam bens, direitos e obrigações”. Observa-se, que as contas patrimoniais são divididas, em bens, direitos e obrigações, onde os Bens são tudo aquilo que atendem aos desejos e/ou necessidades humanas (carro, casa, comida, móveis e utensílios); os Direitos também são bens, mas são classificados dessa maneira porque apesar de pertencê-los, o indivíduo ou entidade não o tem em seu poder ainda (mercadorias vendidas a prazo, títulos a receber), e as obrigações são todas as dívidas contraídas pela pessoa ou empresa.

São caracterizados como produtores rurais aqueles que exercem atividade econômica intrínseca à exploração de certos processos biológicos. Nessa perspectiva, todo imóvel que

desenvolva alguma atividade econômica rural pode ser considerado uma empresa. Segundo Marion (2012) as atividades rurais possuem especificidades do sistema produtivo devido à vulnerabilidade do setor rural às intempéries da natureza, sazonalidade da produção, ciclo operacional e flutuações do mercado. O exercício social de uma empresa rural é diferente do ano fiscal, muitas vezes há falta de capacitação e assessoramento técnico para compreender esse processo em razão da variação da atividade, que se concentra em determinados períodos do ano, dificultando sua avaliação de desempenho.

Segundo a Lei 8.023, de 12 de abril de 1990, em seu art.2º:

É considerada atividade rural, práticas como: a agricultura, a pecuária, a extração e exploração vegetal e animal. Sendo assim, produtores de soja, de milho ou de algodão, bovinocultores de corte ou de leite, pecuaristas que fazem cria e cria de animais para comercialização de matrizes, piscicultores, apicultores, suinocultores e outros que de alguma forma exploram a terra ou outras culturas anuais, enquadram-se nas atividades rurais.

A legislação não obriga os produtores rurais (pessoa física) a terem os mesmos registros que uma pessoa jurídica, os registros requisitados são os mais básicos como o livro caixa, porém essa forma de controle é muito simplificada, com base nessa premissa Kruger, Glustak e Mazzioni (2014) ressaltam que a contabilidade rural tem o escopo de aferir o desempenho econômico-financeiro da atividade, apoiar e orientar no planejamento da produção, comercialização, realização de novos investimentos e controle das operações.

## 2.2. Contas de resultado

Conforme Ribeiro (2010, p.49), as contas de Resultado dividem-se em Contas de Despesas e Contas de Receitas, caracterizando-as da seguinte maneira:

As Despesas decorrem do consumo de bens e da utilização de serviços. Por exemplo: a energia elétrica consumida, os materiais de limpeza consumidos (sabões, desinfetantes, vassouras, detergentes), [...] utilização dos serviços telefônicos. [...] exemplos de Contas de Despesas [...]: Água e Esgoto, Aluguéis Passivos, Café e Lanches, [...] Descontos Concedidos, Despesas Bancárias, Energia Elétrica, [...], Impostos, [...] Salários.

Ou seja, as Despesas são os gastos feitos com o intuito de manter a atividade produtiva, e obter receitas. Na produção leiteira não é diferente, o produtor tem despesas constantemente, são exemplos: compra de ração, vacinas, antibióticos e “mata-bicheira”, pagamento de salário a funcionários, energia elétrica etc., essas despesas são consideradas despesas operacionais, pois segundo Iudícibus e Marion (2011), contribuem para a

manutenção da atividade operacional da empresa, não sendo possível que a atividade produtiva vá adiante sem que haja estes gastos.

Já as Receitas são as entradas que a empresa ou pessoa, obtém. Segundo Ribeiro (2010) decorrem da venda de bens e da prestação de serviços, e podem ser representadas pelas contas: aluguéis ativos, descontos obtidos, juros ativos, receitas de serviços, vendas de mercadorias, imobilizados etc. Na atividade produtiva leiteira, a venda do leite, de animais improdutivos e de bezerros machos são consideradas receitas, porém, se diferem como operacionais e não-operacionais, em detrimento à atividade-fim da organização.

### **2.3. Custos**

Segundo Crepaldi (2010) os custos são gastos relativos à atividade de produção. Marion (2012) afirma que custos são os gastos adjuntos aos produtos e serviços que a organização produz. Esses custos podem ser classificados em fixos ou variáveis ou direto e indireto (MARION; SEGATTI, 2005).

Os custos diretos, segundo Marion (2012), são aqueles aplicados diretamente sobre os produtos, como por exemplo, matéria-prima, que permitem identificar com mais precisão na alocação de recursos. Os custos indiretos ocorrem de forma arbitrária, como é o caso, por exemplo, dos aluguéis, onde é complexo proporcionar o valor gasto em cada produto, muitas vezes o valor é incorporado ao produto de forma estimada (CREPALDI, 2010).

Os custos fixos, incorrem independentemente da quantidade produzida, como, por exemplo, aluguéis. Desta forma custos fixos são custos fixados a produção, não tendo influência nenhuma com quantidade de produtos produzidos, contudo, quanto mais produtos são fabricados menores vai ser o custo fixo por produto, e quanto menos produto for produzido maior será o custo fixo por produtor. Os custos variáveis, variam de acordo com o volume produzido, e estão diretamente ligados com o volume da produção. Quanto maior for a produção maior será os custos variáveis como por exemplo, gasto com matéria-prima (MARION, 2012).

### **2.4. Receitas operacionais e não-operacionais**

No que se refere às receitas, elas podem ser operacionais e não-operacionais.

As receitas operacionais são as movimentações financeiras referentes à atividade-fim, onde as entradas oriundas do objeto principal da organização caracterizam-se como receitas

operacionais. Assim, as receitas não-operacionais constituem-se como as entradas que não possuem suas origens na atividade principal, podendo ser geradas através da venda de ativos, como imobilizado, ações, veículos ou entrada de novos aportes de capital, como financiamentos (MARION, 2012).

### 3. Metodologia

A pesquisa identifica-se, quanto aos seus objetivos, como descritiva e exploratória, porque houve a investigação de fenômenos desconhecidos, cujas informações coletadas foram formalizadas (LAKATOS; MARCONI, 2010). Em relação à modalidade de pesquisa, denomina-se um estudo de caso, pois segundo Severino (2016) recebe essa classificação a pesquisa cujo objeto é o estudo de um caso particular, que seja significativo e bem representativo, a ponto de ser apto a fundamentar uma generalização para situações cotidianas, possibilitando inferência.

Assim, o universo de pesquisa constitui-se de uma única propriedade "Olhos d'água", que tem como atividade principal, a produção de leite, à qual se localiza no estado de Goiás, cujo município pertencente, é Moiporá. Quanto a essa delimitação, justifica-se devido às singularidades das informações contábeis, ou seja, estas últimas variam de organização para organização, sendo este estudo importante, pois, as demonstrações contábeis aqui apresentadas são viáveis enquanto sistemas de gestão, podendo ser utilizadas em qualquer propriedade rural, assim como outros tipos de organização ou como aporte para eventuais trabalhos que venham a ser desenvolvidos na área.

Quanto à abordagem do problema, realizou-se a análise quantitativa dos dados, ou seja, onde figuram-se majoritariamente, descrições numéricas para se alcançar os objetivos da pesquisa. Corrêa (2013) descreve que a abordagem quantitativa está relacionada ao emprego de recursos e técnicas estatísticas que visem quantificar os dados coletados. No desenvolvimento da pesquisa de natureza quantitativa devem-se formular hipóteses e classificar a relação entre as variáveis para garantir a precisão dos resultados, evitando contradições no processo de análise e interpretação. A pesquisa foi de natureza aplicada, pois procura produzir conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos.

Os dados do estudo de caso foram obtidos através da documentação direta e pesquisa de campo (LUCCA; SILVA, 2012), que se constituem, no levantamento de dados no próprio

local onde ocorrem os fatos e onde se empregam procedimentos sistemáticos para a análise de dados, no interstício de janeiro de 2017 a agosto de 2017. Assim, executou-se a técnica de observação sistemática estruturada, isto é, o produtor respondeu a uma entrevista estruturada na sua unidade produtiva, onde o entrevistador seguiu um roteiro previamente estabelecido com perguntas abertas e fechadas (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Posteriormente, mensurou-se a situação Líquida Patrimonial, Crepaldi (2010, p.31) a Equação Fundamental do Patrimônio é composta pelo:

$$\text{ATIVO} - \text{PASSIVO} = \text{SITUAÇÃO LÍQUIDA}$$

Sendo assim, situação líquida ou patrimônio líquido é o resultado proveniente do total do Ativo menos o total do Passivo, ou seja, é a diferença entre os valores positivos e negativos do patrimônio.

Em harmonia com Crepaldi (2010) o patrimônio pode apresentar três situações líquidas:

- a) Situação Líquida Positiva, Favorável ou Superavitária
- b) Situação Líquida Negativa, Desfavorável ou Deficitária
- c) Situação Líquida Nula, ou Compensada

A primeira situação ocorre quando o Ativo é maior que o Passivo, ou seja, quando os bens e direitos superam o valor das obrigações de tal forma que, seja possível quitá-las e ainda assim, sobrar dinheiro. A segunda situação acontece quando o Passivo é maior que o Ativo, isto é, quando as obrigações superam o valor dos bens e direitos de modo que, é impossível quitá-las e muito menos sobrar dinheiro, o quer dizer que, nesta situação o indivíduo/empresa fica em estado devedor. A terceira situação acontece quando o valor dos bens e direitos se igualam às obrigações, não existindo então riqueza efetiva.

Segundo Ávila (2010, p.34), “o patrimônio líquido corresponde à situação patrimonial líquida”. Conforme evidenciado, para se conhecer a situação líquida de uma pessoa ou de uma empresa, precisa-se fazer o somatório dos bens e direitos e desse total subtrair o somatório das obrigações. O resultado obtido será a riqueza efetiva, ou também chamada de situação líquida, que em outras palavras, significa o que sobra ao indivíduo ou empresa depois de pagar todas as dívidas.

E por fim realizou-se a Apuração da Demonstração do Resultado do Exercício-DRE, que de acordo com Iudícibus e Marion (2011), é onde são confrontadas todas as Despesas e custos que competem a determinado período com todas as Receitas que, igualmente, competem a este determinado período. Logo, a DRE tem função de demonstrar se a atividade

produtiva acarretou lucros ou prejuízos. Para mensuração foi analisado todas as receitas e custos (fixos e variáveis) relativos à venda do leite, através das notas fiscais de compra que os proprietários forneceram no decorrer da pesquisa.

#### 4. Resultados e Discussão

A unidade produtiva Olhos d'água está sob a propriedade da família há 55 anos e é gerida exclusivamente pelos cônjuges, os quais não se utilizam de nenhum apoio externo, para desenvolver ações como, gestão sistemática, organizacional, zootécnica e econômico-financeira. Constatou-se também, que não são feitos registros das Receitas e Despesas e apenas o engavetamento de recibos, comprovantes de compra e notas fiscais, sendo que a equipe pesquisadora teve acesso a todos os dados quantitativos necessários à execução dos objetivos da pesquisa.

Na Tabela 1 são apresentados os dados do levantamento patrimonial realizado na propriedade em janeiro de 2017.

**Tabela 1: Levantamento patrimonial da propriedade Olhos d'água, realizado no período de janeiro a dezembro de 2017.**

Tabela 1- Levantamento Patrimonial								
Levantamento Patrimonial								
1) Bens Patrimoniais gerais								
Descrição do bem	Data de Aquisição R\$	Valor de Aquisição R\$	Valor de Mercado R\$	Valor Residual R\$	Base p/ Depreciar R\$	Vida Útil- anos	Depreciação Mensal R\$	Depreciação Acumulada %
Terra	08/08/1970	R\$ 2.716.942,14	R\$ 3.200.000,00	—	—	—	—	—
Veículos	20/08/2010	R\$ 40.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 8.000,00	10 anos	R\$ 66,67	83,33%
<b>Total</b>	—	<b>R\$ 2.756.942,14</b>	<b>R\$ 3.235.000,00</b>	<b>R\$ 32.000,00</b>	<b>R\$ 8.000,00</b>	—	<b>R\$ 66,67</b>	<b>83,33%</b>
2) Bens Patrimoniais da Atividade Leiteira								
Sala de ordenha	01/05/2016	R\$ 50.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 333,50	R\$ 49.666,50	15 anos	R\$ 275,93	55,55%
Resfriador a granel	01/06/2000	R\$ 40.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 36.000,00	15 anos	R\$ 200,00	55,55%
DPM4 (Triturador)	20/04/2000	R\$ 6.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 856,80	R\$ 5.413,20	7 anos	R\$ 773,31	119,04%
<b>Total</b>	—	<b>R\$ 96.000,00</b>	<b>R\$ 100.000,00</b>	<b>R\$ 5.190,30</b>	<b>R\$ 91.079,70</b>	—	<b>R\$ 1.249,24</b>	<b>230,14%</b>
3) Ativos Biológicos								
Matrizes	05/05/2010	R\$ 450.000,00	R\$ 470.000,00	R\$ 288.000,00	R\$ 162.000,00	10 anos	R\$ 1.350,00	83,33%
Reprodutores	02/12/2016	R\$ 16.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 3.750,00	R\$ 12.250,00	8 anos	R\$ 127,60	104,16%
Cavalos de sela	07/04/2012	R\$ 16.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 4.000,00	8 anos	R\$ 41,67	104,16%
Burros	03/05/2013	R\$ 3.500,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.477,75	R\$ 2.022,25	12 anos	R\$ 14,04	69,44%
<b>Total</b>	—	<b>R\$ 485.500,00</b>	<b>R\$ 512.000,00</b>	<b>R\$ 305.227,75</b>	<b>R\$ 180.272,25</b>	—	<b>R\$ 1.533,31</b>	<b>361,09%</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras (2017).

O valor de mercado da terra é de R\$ 3.200.000,00, os bens móveis, foram estimados em R\$ 135.000,00, que inclui um veículo, sala de ordenha, resfriador e um triturador, já os ativos biológicos totalizaram no valor de R\$ 512.000,00.

A Tabela 2 apresenta a Demonstração do Resultado do Exercício, da unidade produtiva Olhos d'água, no período de janeiro 2017 a janeiro de 2018.

**Tabela 2: Demonstração do Resultado do Exercício da unidade produtiva Olhos d'água, de janeiro de 2017 a janeiro de 2018.**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
<b>Propriedade Olhos d'água</b>			
<b>Período: janeiro de 2017 à dezembro de 2018</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PERÍODO R\$</b>	<b>MÉDIA MENSAL R\$</b>	<b>ANÁLISE VERTICAL</b>
<b>1 (=) Receita Bruta de Vendas</b>	<b>131.522,00</b>	<b>R\$ 10.960,17</b>	<b>100,00%</b>
Receita Bruta da Venda do Leite	54.800,00	R\$ 4.566,67	<b>41,66%</b>
Receita Bruta da Venda do Gado	76.722,00	R\$ 6.393,50	<b>58,33%</b>
<b>2 (-) Deduções das Receitas</b>	<b>1.260,40</b>	<b>105,03</b>	<b>0,95%</b>
(-) Funrural 2,3%	1.260,40	105,03	<b>0,95%</b>
<b>3 (=) Receita Operacional Líquida</b>	<b>130.261,60</b>	<b>R\$ 10.855,13</b>	<b>99,05%</b>
<b>4 (-) Custos anual da produção de leite</b>	<b>126.359,64</b>	<b>R\$ 10.529,97</b>	<b>96,07%</b>
Pastagem Temporária = Silagem	12.440,00	R\$ 1.036,67	9,45%
Depreciação de Máquinas e Equipamentos	15.790,92	R\$ 1.315,91	12,00%
Depreciação de Ativos Biológicos	18.399,72	R\$ 1.533,31	13,98%
Energia Elétrica	3.268,00	R\$ 272,33	2,48%
Medicação para o gado	1.700,00	R\$ 141,67	1,29%
Mão-de-obra-	38.200,00	R\$ 3.183,33	29,04%
Suprimento Mineral	27.286,00	R\$ 2.273,83	20,74%
Outros custos	9.275,00	R\$ 772,92	7,05%
<b>5 (=) Resultado líquido do exercício</b>	<b>3.901,96</b>	<b>R\$ 325,16</b>	<b>2,98%</b>

Fonte: elaborado pelas autoras (2017).

Com a elaboração do DRE auferiu-se o resultado líquido que a propriedade Olhos d'água alcançou com a venda do leite, de bezerros machos e animais improdutivos. Para isso, foram confrontadas as receitas, despesas e custos, os quais estão descritos no DRE, apurando assim um lucro líquido no período analisado de R\$ 3.901,96, representando 2,98% da receita total prevista.

Os principais custos do período foram com suprimento mineral (sal e complementos) e mão-de-obra, com um total de R\$ 65.486,00, sendo que estes estão diretamente ligados à atividade leiteira (principal), se maior for o rebanho, maior serão os custos, ou o contrário, se menor for o rebanho, menor também os custos.

Analisando a situação líquida mensal da propriedade observou-se que nos meses de janeiro, fevereiro, abril, agosto, setembro e outubro o resultado foi negativo ou deficitário, devido aos gastos com abastecimento de estoque e investimentos, benfeitorias executadas no pasto, legalização do imóvel rural (CCIR-Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e custos com a empreitada de uma plantação de sorgo, realizada a fim de suprir as necessidades nutricionais dos animais na época da seca, que incluem os insumos indispensáveis ao sistema produtivo (semente, fertilizante, agrotóxicos, mão-de-obra e outros).

Nos meses de março, maio, junho, julho, novembro e dezembro a propriedade apresentou posição financeira favorável, devido à entrada de receita não-operacional referente à venda de animais improdutivos. O produtor justificou essa venda afirmando que era necessário descartar estes animais, pois, na sua maioria eram novilhas “maninhas” (fêmeas inférteis), vacas doentes ou que não eram rendosas (litros/vaca em lactação/dia) e porque a venda desses animais gera recursos (R\$) à propriedade, além de liberar espaço para o rebanho em produção.

## **5. Considerações Finais**

A Propriedade Olhos d'água apurou um lucro líquido no período (janeiro de 2017 a janeiro de 2018) de R\$ 3.901,96, os principais custos da produção de leite foram a silagem, energia elétrica, mão-de-obra e suprimento mineral. Os meses de março, maio, junho, julho, novembro e dezembro apresentaram situação líquida positiva, devido à entrada de receitas não-operacionais na propriedade. A apuração da situação líquida foi realizada no desenvolvimento do trabalho, após o cômputo os resultados foram apresentados aos proprietários.

Verificou-se a inexistência de quaisquer anotações dos fatos no momento em que ocorreram, ou seja, os gestores da unidade produtiva não registram os fatos contábeis no momento em que ocorrem, o que provoca distorções no patrimônio, já que posteriormente, esses valores são estimados, podendo ser subestimados ou superestimados, logo, esses fatos oportunizam erros administrativos, pois independentemente se a propriedade teve lucros ou

prejuízos as despesas e custos continuam recorrentes, situações das quais o produtor fica em descontrole, quando não possui as informações financeiras sistematizadas.

Com base no Princípio da Competência os efeitos das transações e outros eventos devem ser reconhecidos e lançados nos registros contábeis com a devida referência que lhes pertencem no ato da ocorrência. Dessa maneira, apresenta informações que serão úteis ao usuário na tomada das decisões econômicas, podendo ser elas transações já ocorridas ou que virão a ocorrer, como recursos pagos, obrigações de pagamento no futuro e direitos que serão recebidos no futuro.

A gestão é um dos pilares que condiciona a sobrevivência econômica de qualquer propriedade rural. Logo, o controle contábil possibilita ao produtor identificar as receitas, despesas e custos. A inexistência desse controle dificulta mensurar o patrimônio e a situação econômica e dando também, lugar a distorções patrimoniais. As demonstrações contábeis auxiliam na assertividade nas tomadas de decisão, alteram a condução de uma atividade, bem como no processo de lucro ou prejuízo de uma organização.

## 6. Referências

ALOE, A. *Contabilidade Geral*. 6ª Ed. São Paulo: Atlas S. A. 1972.

ÁVILA, C. A. de. *CONTABILIDADE BÁSICA*. Curitiba: Editora do Livro Técnico (LT), 2010.

CARVALHO, C. E. Entrevista: 'Leite é atividade mais rentável'. *MUNDO DO LEITE - A revista do mercado lácteo*. Nº 81, out/nov 2016.

BRASIL. *Lei no 8.023, de 12 de abril de 1990*. Altera a legislação do Imposto de Renda sobre o resultado da atividade rural, e dá outras providências. Brasília, 12 de abril de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

CLEMENTE, A.; SOUZA, A.; TAFFAREL, M.; GERIGK, W. Perfil das propriedades rurais familiares e controle de custos na região centro-sul do Paraná. *Custos e @gronegocio on line*, v.6, n. 3, p. 21-43, 2010.

CREPALDI, S. A. *Curso Básico de Contabilidade: Resumo da Teoria, Atendendo às Novas Demandas da Gestão Empresarial, Exercícios e Questões com Respostas*. 6ª ed. São Paulo: atlas, 2010.

FERRARI, E. L. *Contabilidade Geral: teoria e 1000 questões*. 26ª ed. rev. Niterói, RJ: Impetus. 2010.

FRANCO, H. *Contabilidade Geral*. 18ª Ed. São Paulo: Atlas S. A. 1972.

IUDÍCIBUS, S.; MARION, J. C. *CURSO DE CONTABILIDADE PARA NÃO CONTADORES*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KRUGER, S. D.; GLUSTAK, E.; MAZZIONI, A. A contabilidade como instrumento de gestão dos estabelecimentos rurais. *Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, v. 4, p. 134-153, 2014.

KRUGUER, S. D.; CECCATTO, L.; MAZZIONI, S.; DOMENICO, D. D.; PETRI, S. M. Análise Comparativa da Viabilidade Econômica e Financeira das Atividades Avícolas e Leiteiras. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL*. ISSN 2176-9036. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – Natal-RN. v.9. n.1, p.37–55, jan./jun. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LUCCA, E. J.; SILVA, A. L. L. da. Análise e diagnóstico de uma produção agrícola familiar. *RAIMED- Revista de Administração IMED*, 2 (3), p.172-184, 2012- ISSN 2237 7956.

MARION, J. C.; SEGATTI, S. Gerenciando custos agropecuários. *Custos e Agronegócio on line*. V.1. n 1. Jan/Jun. 2005. ISSN 1808-2882.

MARION, J. C. *Contabilidade rural: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária, imposto de renda pessoa jurídica*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, J. C. *Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial*. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/47841955/Analise\\_Demonstracoes\\_Contabeis\\_\\_J\\_Marion.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534727001&Signature=i9aNhQBavpxPPsFzGeGZ%2FXiRq6k%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAnalise\\_Demonstracoes\\_Contabeis\\_J\\_Marion.pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/47841955/Analise_Demonstracoes_Contabeis__J_Marion.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1534727001&Signature=i9aNhQBavpxPPsFzGeGZ%2FXiRq6k%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DAnalise_Demonstracoes_Contabeis_J_Marion.pdf). Acesso em: 19/08/2018.

RIBEIRO, O. M. *CONTABILIDADE BÁSICA FÁCIL*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SEGALA, C. Z. S.; SILVA, I. T. Apuração dos custos na produção de leite em uma propriedade rural do município de Irani-SC. *Custos e @gronegócio on line* - v. 3, n. 1 - Jan/Jun - 2007

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. 24ª ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez. 2016.

VALE, N. K. A.; SILVA, K. L. J. Contabilidade rural: apoio e controle para o processo de gestão das empresas rurais de pequeno porte na microrregião de Iporá-GO. *Revista Unemat de Contabilidade*, v. 8, n. 15, 2019.